

Macroeconomia

O (des)ajuste fiscal de 2006

Rogério Mori*

UMA das grandes questões que continuam a representar um ponto de preocupação em termos de política econômica em 2006 é o ajuste fiscal brasileiro. Passados nove meses do ano, as indefinições se mantêm e as perspectivas para 2007 começam a se tornar cada vez mais incertas.

As discussões remontam, de fato, à problemática esboçada no começo do ano, quando o resultado primário do governo central (Tesouro Nacional + INSS + Banco Central) começou a mostrar uma trajetória inferior à verificada no mesmo período de 2005. Embora tenha ocorrido algum alívio nesse aspecto ainda no primeiro semestre do ano, as incertezas foram renovadas nos últimos meses em face do comportamento recente dos resultados das contas públicas.

A arrecadação federal, segundo dados da Secretaria da Receita Federal (MF/SRF), atingiu o valor de R\$ 222,2 bilhões no acumulado até julho de 2006. Isso representa um crescimento de 8,2% em relação ao mesmo período do ano passado e de 3,3% em termos reais quando deflacionado pelo IPCA. De outro lado, o resultado acumulado do governo central foi superavitário em R\$ 41,3 bilhões no mesmo período, representando uma queda de 4,1% em relação ao mesmo período do ano passado (uma vez que o superávit acumulado de 2005 para o período foi de R\$ 43,1 bilhões).

Segundo informações da Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN), o resultado de janeiro a julho acumulado no

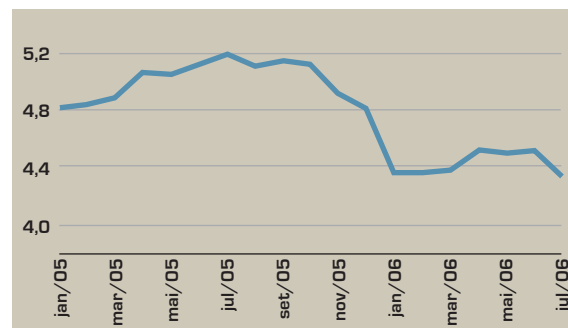
ano passado havia sido de 4,0% do PIB e para o mesmo período de 2006 foi de 3,6% do PIB.

Quando esses resultados são transpostos para o consolidado do setor público, a preocupação cresce. Segundo informações do Banco Central (BC), o resultado primário do setor público para o período janeiro/julho caiu de R\$ 68,8 bilhões em 2005 (6,36% do PIB) para R\$ 62,8 bilhões (5,39% do PIB) em 2006. O resultado primário acumulado em 12 meses também foi afetado. Como as despesas de juros foram relativamente similares para o período, o resultado nominal do setor público, que havia registrado um déficit de R\$ 23,5 bilhões nos primeiros sete meses do ano passado (2,17 % do PIB), apresentou um saldo negativo de R\$ 32,3 bilhões em 2006 (2,78% do PIB).

Esse comportamento das contas públicas afetou a própria dinâmica da dívida do setor público. A relação dívida pública com o PIB, esperada para ser inferior a 50% em junho, apresentava a taxa de 50,3% em julho.

Esses elementos evidenciam um quadro muito preocupante do ponto de vista do ajuste fiscal brasileiro. De um lado, a arrecadação federal registra resultados surpreendentemente positivos e a carga tributária bate sucessivos recordes. De outro, os superávits começam a mostrar um desempenho gradativamente mais decepcionante a cada mês. Esse fato só foi possível em face do acelerado crescimento de 15,5% das despesas do governo, de R\$ 106,7 bilhões nos primeiros sete

Resultado primário do setor público consolidado, % do PIB (fluxo acumulado em 12 meses)



Fonte: BCB. Elaboração FGV-EESP/CEMAP

meses de 2005 para R\$ 123,2 bilhões no mesmo período deste ano. O aumento de despesa ocorreu em praticamente todas as rubricas.

Em outras palavras, o esforço fiscal brasileiro parece dar sinais, ainda que iniciais, de esvair-se. O processo ocorre da pior forma possível, via aumento de gastos correntes (e não por frustração de receita), sem uma perspectiva ampla de retomada de investimentos do setor público, principalmente em infra-estrutura. Esse aspecto fica mais preocupante diante da perspectiva de, no próximo ano, uma série de prováveis aumentos de despesas fragilizar ainda mais a posição fiscal.

Para o governo há três opções:

- I – corte de gastos;
- II – aumento de arrecadação (via aumento de carga);
- III – aceitar superávits menores.

A experiência dos últimos anos mostra que, afora uma mudança concreta de política, a opção I pode ser praticamente descartada, restando a II e a III. A segunda opção foi muito utilizada a partir de 1999 e, apesar das manifestações da sociedade, ainda parece ser um instrumento de que o governo pode dispor. A terceira opção pode ser desenhada mais adiante e o atual governo parece ensaiar algo nessa direção. Nesse sentido, os próximos meses serão muito importantes na definição desse quadro. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV-EESP